

PLANO DE RECUPERAÇÃO

Reformas Urgências hospitalares concentradas, gestores escrutinados, nova organização para evitar desperdícios. As páginas do PRR que estavam ocultas desvendam uma reforma que os administradores hospitalares acusam de ser “uma reedição da troika”. E mostram que Costa prometeu a Bruxelas comprimir a despesa e reforçar a fiscalização. E até promete envolver-se, pressionando ministros

PRR traz troika aos hospitais e aperto no OE



FOTO PEDRO NUNES

DAVID DINIS E VERA LÚCIA ARREIGOSO

Concentrar as urgências da Grande Lisboa e Grande Porto já em 2022. Mudar o funcionamento e gestão dos hospitais, impondo-lhe objetivos financeiros estritos também no próximo ano. Reforçar o papel do Ministério das Finanças nesta avaliação contínua. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que o Governo entregou em Bruxelas promete muitos milhões para melhorar o SNS, mas traz de volta várias linhas de ação definidas com a troika, mostram as 1738 páginas do Plano que o Governo tinha escondido inicialmente, e que o ministro Nelson de Souza chegou a classificar como “sem qualquer tipo de valor” — mas que tornou público no domingo, depois da manchete do Expresso.

A necessidade de fazer uma “reforma hospitalar”, para diminuir os alegados desperdícios no SNS e ganhar “eficiência”, é uma velha recomendação de Bruxelas, mas foi também um cavalo de batalha de vários ministros das Finanças. Como Mário Centeno, por exemplo: no verão de 2019, forçado a desbloquear à última hora a contratação de pessoal para as urgências, o ex-ministro



humanos (nomeadamente médicos) entre os vários hospitais, de forma a permitir a concentração de resposta a determinadas especialidades médicas e cirúrgicas mais diferenciadas.”

Mas há mais: de acordo com os mesmos documentos, agora analisados pelo Expresso, o Governo vai impor “contratualização interna em todos os hospitais do SNS, de forma a promover o alinhamento dos objetivos e das responsabilidades entre todos os níveis da hierarquia hospitalar”, colocando em cima disso “métricas objetivas de avaliação do desempenho do gestor” de cada hospital, obrigando ao “reporte de informação económico financeira mensal, trimestral e/ou anual”, “atempado”, sem o qual serão penalizados num novo “regime de incentivos” a ser criado. Vai passar a existir um “reforço do processo de acompanhamento e avaliação dos compromissos estabelecidos”, com mais poder de fiscalização e intervenção não só do Ministério da Saúde, como também das Finanças.

A “TROIKA ADIADA”

Sabendo da dificuldade em concretizar ideias há muito adiadas, o Governo sinaliza no documento um “risco” na sua aplicação: a necessidade de “adesão por parte dos hospitais e dos serviços hospitalares”. E a primeira reação dos administradores hospitalares é mesmo de ceticismo. Reconhecendo que algumas medidas são necessárias, Alexandre Lourenço, o presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, anota que “é retomada a implementação de medidas exigidas pelo sector e definidas em conjunto com os credores internacionais no Programa de Assistência em 2011”, tendo sido “muitas adiadas por praticamente sete anos”.

Exemplos? A reconfiguração da rede hospitalar chegou a ter uma portaria em vigor, “revogada em 2015”, lembra Alexandre Lourenço; a coordenação e controlo da rede agora prevista “tinha todas as medidas no memorando”; e até a reforma da gestão interna dos hospitais “estava parcialmente refletida” no acordo de 2011. “Nestes pontos”, acrescenta, “esta nova reedição da troika não apresenta soluções”, conclui.

“Esta nova reedição da troika não apresenta soluções”, diz ao Expresso o líder dos administradores hospitalares

Queixando-se de que, aquando da consulta pública, “apenas existiam dados sobre os investimentos infraestruturais e nenhuma informação sobre as reformas agora conhecidas”, Alexandre Lourenço acrescenta mesmo que “muitas das medidas identificadas podem ser postas em prática se existir vontade comum entre o Ministério da Saúde e o Ministério das Finanças — ausente ao longo dos últimos anos.

Se as divergências (dentro do Governo e com os hospitais) travaram a reforma, agora o Executivo de Costa tem um compromisso externo de garantir a sua aplicação: alguns passos desta reforma estão marcados na linha do tempo já para o fim deste ano — e assinalados no documento como sendo essenciais para as transferências da ‘bazuca’.

Em cima disto vem a reforma dos cuidados de saúde primários, que deixa vários receios a Julian Perelman, da Escola Nacional de Saúde Pública: “Que os recursos humanos atuais não consigam responder a estes novos desafios; que acabem por ser contratados profissionais dos hospitais públicos, que irão ficar prejudicados e com falta de resposta; que a contratação de profissionais fora do SNS seja muito onerosa”. E alerta: “Para responder aos desafios da contratação e da reforma aprofundada da governação, seria preciso um orçamento muito superior.”

Mas as mudanças acordadas com a comissão no SNS também trazem razões para sossegar os partidos da esquerda, com quem António Costa negociou orçamentos e a Lei de Bases da Saúde. Por exemplo, o PRR anuncia um “regime excepcional de contratação de recursos humanos”, em cima das contratações já feitas, e diz que “será avaliada a adoção do regime de dedicação plena dos profissionais de saúde no SNS” — uma medida não inscrita no calendário, mas que foi condição central para a esquerda acordar a Lei de Bases da Saúde. Este regime virá com “um regime jurídico que contribua para aumentar a produtividade” (com incentivos) e mecanismos de contratação mais ágeis.

DISCO: “ESTABILIDADE POLÍTICA”



política”.

Nessa mesma componente, das políticas sociais, há compromissos que podem ter dificuldade em passar nas bancadas à esquerda. Como a promessa de investir milhões “nos serviços e equipamentos sociais que são promovidos por instituições de solidariedade social e privadas vocacionadas para públicos especialmente vulneráveis” — uma aliança aos privados e terceiro sector que não encontram apoio no PCP e BE. Mas há outras que prometem, antes, polémica com a direita, como a de “refletir sobre o nosso sistema de mínimos sociais, reforçando os apoios do Estado aos grupos mais desfavorecidos, garantindo a universalidade da sua cobertura” — ali também escassamente pormenorizada. De resto, olhando para os documentos, é possível perceber que nas longas negociações com Bruxelas a equipa de António Costa conseguiu retirar a pressão feita nos últimos anos pela Comissão para reduzir a “segmentação do mercado de trabalho”, que transformou num novo apoio do Estado a 30 mil contratos sem termo, lá para o final de 2023.

“Os principais riscos à execução” da reforma social passam, em primeiro lugar, pela “necessidade de estabilidade política”

O que não foi possível evitar foi outra reforma que é cara à Comissão: a “redução das restrições nas profissões altamente reguladas”, mais conhecida por ser a que tira poderes às ordens profissionais. Nesta versão completa do PRR fica a saber-se, em concreto, que o Governo obrigará à criação em cada ordem profissional de “um órgão de supervisão”, que seja “maioritariamente composto por membros externos”, e atribuir-lhe “competências sobre matérias disciplinares, acesso à profissão, em especial a determinação das regras de estágio, e reconhecimento de habilitações e competências obtida no estrangeiros”. E que também vai “proibir atividades reservadas a profissionais inscritos em ordens profissionais”, ou seja, impedir, por exemplo, que a Ordem dos Médicos exija um registo para que um médico possa exercer.

COSTA VAI PRESSIONAR MINISTROS A REDUZIR DESPESA

Mas neste PRR (e como vimos no caso do SNS), mesmo as boas notícias e os muitos mil milhões de euros anunciados trazem uma obrigação de reforçar o controlo sobre o Orçamento do Estado. Neste capítulo do PRR há até uma surpresa: o Governo diz a Bruxelas que fará um “exercício de revisão da despesa”, aquando da elaboração dos Orçamentos do Estado, mas comprometendo-se a “robustecer este exercício na altura em que é solicitada informação aos ministérios sectoriais, através do envolvimento do gabinete do primeiro-ministro”. Dito de outra forma, será o gabinete do próprio António Costa que vai supervisionar esta “revisão”, para garantir que os Ministérios cortam onde podem (ou para “reforçar a responsabilidade e ownership das áreas governativas e a exigência dos exercícios apresentados”, nas palavras escolhidas pelo Governo).

Aqui há mais promessas de controlo feitas a Bruxelas: o desenvolvimento de novos mecanismos de vigilância sobre as receitas e despesas, a “implementação de um novo modelo de controlo dos compromissos” e, em cima disso, uma mão muito mais férrea sobre as empresas públicas, onde agora se inclui de novo a TAP, mas onde está também a CP, caso crónico de desvios orçamentais e de endividamento público. Aqui, o PRR diz que vai existir, já em 2022, um “novo modelo de monitorização e de controlo financeiro e de gestão das empresas públicas, tendo em vista um acompanhamento mais atempado, transparente e abrangente da sua situação financeira, bem como a adoção das melhores práticas de governação”, implicando uma “maior responsabilização dos gestores”, incluindo “penalizações” em caso de incumprimento. As empresas públicas estarão sujeitas a “uma componente de alarme e controlo automatizados no caso de apresentarem desvios significativos na sua execução orçamental e no seu balanço operacional”.